

Capítulos 8 a 15

Macroeconomía (resumo)

Capítulo 8.1 Introdução à Macroeconomia

A Macroeconomia estuda a economia como um todo, analisando a determinação e o comportamento de grandes agregados, como renda e produtos nacionais, nível geral de preços, desemprego e emprego, etc.

Ela trata o mercado de bens e serviços como um todo, assim como o mercado de trabalho, e preocupa-se com aspectos de **curto prazo ou conjunturais** (como desemprego ou inflação), ou de **longo prazo** (teoria do crescimento e desenvolvimento, abrangendo questões estruturais) .

8.2 4 **Quatro (4) Objetivos de política macroeconômica:**

8.2.1 Alto nível de emprego: preocupação com o fator surge após a Grande Depressão, com o teórico Keynes, pois antes predominava o pensamento liberal.

8.2.2 Estabilidade de preços: inflação é o aumento contínuo e generalizado do nível geral dos preços.

8.2.3 Distribuição eqüitativa de renda: disparidade acentuada no nível de renda brasileiro, tanto entre diferentes grupos socioeconômicos como entre regiões do país.

8.2.4 Crescimento econômico: aumento do produto nacional por meio de políticas econômicas que estimulem a atividade produtiva. Aumentar o produto além do limite de quantidade exigirá:

- ou um aumento nos recursos disponíveis;
- ou um avanço tecnológico.

8.2.5 Dilemas de política econômica: inter-relações e conflitos de objetivos (ler pgs. 128 e 129)

8.3 **Instrumentos de política macroeconômica:**

8.3.1 Política fiscal: instrumentos que o governo usa para arrecadar tributos e controlar suas despesas, por meio da manipulação da estrutura e alíquotas de impostos, para estimular os gastos de consumo do setor privado.

Princípio de anterioridade: implementação de uma medida só pode ocorrer a partir do ano seguinte ao de sua aprovação pelo Congresso Nacional.

8.3.2 Política monetária: atuação do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos na economia.

- emissões;
- reservas compulsórias;
- *open market*;
- redescontos;
- regulamentação sobre crédito e taxas de juros.

8.3.3 Políticas cambial e comercial:

Cambial: atuação do governo sobre a taxa de câmbio;

Comercial: instrumentos de incentivos às exportações e/ou estímulo/desestímulo às importações.

8.3.4 Política de rendas: intervenção direta do governo na formação de renda com o controle e congelamento de preços.

8.4 Estrutura de análise macroeconômica:

Tradicionalmente, a estrutura básica do modelo macroeconômico compõe-se de cinco mercados:

- | | | |
|------------------------------|---|-------------------------------|
| ■ mercado de bens e serviços | } | parte “real” da economia |
| ■ mercado de trabalho | | |
| ■ mercado monetário | } | parte “monetária” da economia |
| ■ mercado de títulos | | |
| ■ mercado de divisas | | |

As variáveis ou agregados macroeconômicos são determinados pelo encontro da oferta e da demanda em cada um desses mercados.

Links com dados Macroeconômicos do Brasil e exterior

- Site inflação no mundo: <http://pt.inflation.eu/>
- Site de taxa de juros e inflação no mundo: <http://pt.global-rates.com/>
- Site dados PIB, juros, todos os demais indicadores mundiais, etc.:
<https://pt.tradingeconomics.com/country-list/gdp>
- Site do Banco Central (dados financeiros e conjuntura nacional):
 - Conjuntura: <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CONJUNTURA>
 - Demais Indicadores:
<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>
- Dados Setor Público / Déficit e Dívida Pública:
 - <http://www.tesouro.gov.br/web/stn/-/historico-resultado-do-tesouro-nacional>
- IBGE
 - Inflação:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaulttab.shtm
 - Emprego e Desemprego: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>
 - Contas Nacionais (PIB):
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/defaulttabelas.shtm>
- Conjuntura econômica e mercados financeiros on-line:
<https://economia.uol.com.br/>
- Cotações de Ações em Bolsa de Valores:
 - http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/

Capítulo 9

Contabilidade Social

9.1 Introdução

Contabilidade social: é relativa à medição dos agregados econômicos nacionais; trata-se do registro contábil da atividade produtiva de um país ao longo de um dado período de tempo.

9.1.2 Sistema de contas nacionais: usa o método tradicional das partidas dobradas, discriminando transações dos grandes agentes macroeconômicos, cada um representado por uma conta específica. Mede-se nele as transações com bens e serviços finais.

9.3 Economia a dois setores: famílias e empresas

9.3.1 O fluxo circular de renda: análise da ótica do produto e da despesa e da renda: quantificação do fluxo para avaliar o desempenho da economia no período:

Notações importantes:

C = Consumo;

G = gastos Governo;

I = investimento (produtivo);

S = poupança ("s"- saving);

X = Exportações;

I = Importações

Produto Nacional (PN): valor de todos os bens e serviços finais, medidos a preços de mercado, produzidos num dado período de tempo.

$$PN = C + I$$

Despesa Nacional (DN): gasto dos agentes econômicos com o produto nacional. Revela quais são os setores compradores do produto nacional.

$$DN = C + I + G + (X - M)$$

Renda Nacional (RN): soma dos rendimentos pagos aos fatores de produção no período.

$$RN = \text{Salários} + \text{Juros} + \text{Aluguéis} + \text{Lucros}$$

$$RN = w + j + a + l$$

Logo: $PN = DN = RN$

Valor adicionado: aquele adicionado ao produto em cada estágio de produção, somando o valor adicionado em cada estágio de produção, chegaremos ao produto final da economia.

valor adicionado = valor bruto da produção – compra de bens e serviços intermediários

Tabela 9.1 Empresa A → produção de trigo

(em \$)

Despesas		Receitas	
Salários	80	Vendas de trigo para a empresa B	140
Juros	30		
Aluguéis	20		
Lucros	10		
Total	140	Total	140

Tabela 9.2 Empresa B → produção de farinha de trigo

(em \$)

Despesas			Receitas	
Compra de trigo da empresa A	140		Vendas de farinha de trigo para a empresa C	245
Salários	50			
Juros	10			
Aluguéis	15			
Lucros	30	105		
Total	245		Total	245

Tabela 9.3 Empresa C → produção de pães

(em \$)			
Despesas		Receitas	
Compra de farinha de trigo da empresa <i>B</i>	245	Vendas de pães para os consumidores finais	390
Salários	60		
Juros	20		
Aluguéis	30		
Lucros	35		
Total	390	Total	390

Tabela 9.4

Estágio de produção	Vendas no período (\$) (1)	Custos dos bens Intermediários (\$) (2)	Valor adicionado (\$) (1) – (2)
<i>Empresa A</i> • Trigo	140	0	140
<i>Empresa B</i> • Farinha de trigo	245	140	105
<i>Empresa C</i> • Pão	390	245	145
Valor adicionado = produto final			390

Tabela 9.5

Estágio de produção	Salários (\$)	Juros (\$)	Aluguéis (\$)	Lucros (\$)	Total
Trigo	80	30	20	10	140
Farinha de trigo	50	10	15	30	105
Pão	60	20	30	35	145
Total	190	60	65	75	390

$$PN = DN = RN = \$ 390$$

9.3.2 Formação de capital: poupança, investimento e depreciação

Poupança agregada: é a parcela da renda nacional não consumida no período, que é: $S = RN - C$.

Investimento agregado: gasto com bens produzidos, mas não consumidos no período, e que aumentam a capacidade produtiva da economia nos períodos seguintes.

Investimento total = investimentos em bens de capital + variação de estoques

Bens de capitais nas contas nacionais: **formação bruta de capital fixo (FPBCf)**

Investimento em ativos de segunda mão **não entram** como investimento agregado.

Depreciação: desgaste do equipamento de capital da economia num dado período.

Investimento Líquido = investimento bruto – depreciação

Produto Nacional Líquido = produto nacional bruto – depreciação

9.5.2 Produto interno bruto, produto nacional bruto e renda líquida do exterior

PIB: O **produto interno bruto (PIB)** é o somatório de todos os bens e serviços **finais** produzidos dentro do território nacional num dado período, valorizados a preço de mercado, sem levar em consideração se os fatores de produção são de propriedade de residentes ou não-residentes.

PNB = PIB + renda recebida no exterior – renda enviada ao exterior

PNB = PIB + Renda Líquida do Exterior (RLE).

Por exemplo, nos EUA, o PNB é maior que o PIB, pois o país tem renda líquida recebida do exterior; No Brasil o PIB é maior que o PNB pois enviamos renda líquida para o exterior

9.6 PIB nominal e PIB real

9.6.1 PIB nominal: é medido a preços correntes do próprio ano.

9.6.2 PIB real: mede o crescimento do produto físico pressupondo que os preços foram constantes no período (subtrai o efeito da inflação).

9.7 O PIB como medida do bem-estar (limitações):

- não registra a economia informal;
- não considera os custos sociais derivados do crescimento econômico (poluição, piora do meio ambiente, etc.);
- não considera diferenças na distribuição de renda entre os vários grupos da sociedade.

Capítulo 10

**Determinação da Renda e do
Produto Nacional:
O Mercado de Bens e Serviços**

10.1 Introdução

A partir da crise de 29, a economia sofreu mudanças com as teorias de Keynes, cuja base se assenta no pressuposto de que é necessária a intervenção do governo para regular a atividade econômica.

10.2 Hipóteses do modelo básico (10.2.1 a 10.2.5)

10.2.1 Economia com desemprego de recursos: a economia deve estar em equilíbrio abaixo do pleno emprego, produzindo abaixo de seu potencial.

10.2.2 Nível geral de preços constante: as empresas, estimuladas por um aumento da demanda, procuram elevar a produção e não os preços, porque têm capacidade ociosa.

Princípio da demanda efetiva (DA): soma dos gastos planejados dos quatro agentes macroeconômicos: despesas das famílias com bens de consumo (C), gastos das empresas com investimentos (I), gastos do governo e despesas líquidas do setor externo (X – M).

$$DA = C + I + G + (X - M)$$

As alterações do nível de equilíbrio da renda e do produto nacional devem-se exclusivamente às variações da demanda agregada de bens e serviços.

10.7 Política fiscal, inflação e desemprego

10.7.1 Economia com desemprego de recursos: insuficiência da demanda agregada em relação à produção de pleno emprego.

Instrumentos de política fiscal:

- aumento dos gastos públicos;
- diminuição da carga tributária;
- subsídios e estímulos às exportações;
- tarifas e barreiras às importações.

Teorema do orçamento equilibrado: em uma situação de desemprego, se os gastos públicos forem elevados no mesmo montante da arrecadação fiscal, a renda nacional aumentará nesse mesmo montante (desde que esse déficit seja suportável, sem descontrolo fiscal e sem inflação).

**Aumento dos gastos públicos = aumento da tributação =
aumento da renda nacional**

10.7.2 Economia com inflação: a inflação ocorre quando a demanda agregada de bens e serviços supera a capacidade produtiva da economia. Instrumentos de política fiscal:

- diminuição dos gastos públicos;
- elevação da carga tributária sobre bens de consumo, desestimulando gastos em consumo;
- elevação das importações, pela redução de tarifas e barreiras.

Inflação de custos: produção abaixo do pleno emprego.

Capítulo 11 (MOEDA)

**Determinação da Renda e do
Produto Nacional:
O Lado Monetário**

11.1 Conceito de Moeda: objeto aceito pela coletividade para intermediar as transações econômicas para o pagamento de bens e serviços.

Economia de trocas: necessidade de dupla coincidência de desejos.

Moeda mercadoria: forma mais primitiva de moeda na economia.

Moeda metálica: originou-se da função de moeda dada aos metais preciosos e, depois, pela implementação da “cunhagem” da moeda.

Papel-moeda: origem na moeda-papel, quando pessoas tinham ouro e guardavam em casas especiais que emitiam um certificado de depósito.

Bancos comerciais privados: bancos passaram a emitir notas e recibos bancários que circulavam como moeda, dando origem ao papel-moeda.

Acredita-se que a primeira Geração do Dinheiro surgiu há 3.000 anos, na Lídia (atual Turquia), junto às civilizações clássicas do Mediterrâneo. **As primeiras moedas foram cunhadas entre 640 a 630 A.C.**

A Segunda Geração do Dinheiro surgiu no início da **Renascença até a revolução industrial** e resultou na criação do moderno **sistema capitalista mundial**.

Esta 2ª geração nasceu nos bancos da Itália e acabou dando origem ao sistema de bancos nacionais e ao papel-moeda que emitiram para uso no comércio diário. A invenção do sistema de operações bancárias e do papel-moeda destruiu o feudalismo, mudou a base da organização, passando de hereditariedade para posse de dinheiro, e alterou também a base do poder econômico, passando de posse de terras para posse de ações, títulos e corporações

A terceira Geração se inicia no **século XXI**, quando o mundo está entrando na terceira etapa de sua história monetária - a era do **dinheiro eletrônico** e da **economia virtual**.

O nascimento do dinheiro eletrônico produzirá mudanças na sociedade tão radicais e amplas quanto as duas revoluções monetárias anteriores causaram em suas próprias eras.

O novo dinheiro fará mudanças radicais nos sistemas políticos, na organização das empresas e na natureza da organização de classes.

Padrão-ouro: trata-se da emissão do papel-moeda lastreado em ouro, que acabou se tornando um obstáculo para a expansão das economias nacionais e comércio internacional.

O **padrão-ouro dito *clássico*** foi o **primeiro sistema monetário internacional** e vigorou de 1870 até 1914 (início da Primeira Guerra Mundial) período em que o Reino Unido era a potência hegemônica e, por sua importância no comércio internacional, bem como pelo desenvolvimento acelerado de suas instituições financeiras, impôs ao mundo o padrão-ouro, quando Londres era o centro financeiro do mundo. A **Primeira Guerra levou ao fim do padrão libra-ouro** e, posteriormente, houve uma crise até 1944 com Breton Woods

Moeda de curso-forçado: a partir de 1920, a emissão de moeda passou a ser livre.

Bretton Woods (1944): regime de moeda lastreada, na qual o **dólar americano** passa a ser moeda internacional respeitando o padrão-ouro, onde 1 **onça troy** = 31,1034768 gramas. Em **1971, foi suspenso o padrão-ouro** e quase todas as moedas nacionais do mundo passaram a ser fiduciárias.

Após a Segunda Guerra Mundial, um sistema semelhante ao padrão-ouro, algumas vezes chamado "**padrão dólar-ouro**", foi estabelecido pelos Acordos de Bretton Woods. Sob este sistema, muitos países fixaram suas taxas de câmbio em relação ao dólar dos Estados Unidos. Os EUA prometeram fixar o preço do ouro em aproximadamente **US\$ 35** por onça troy (31,1034768 gramas). Implicitamente, portanto, todas as moedas atreladas ao dólar também tinham um valor fixo em termos de ouro.

Apenas como exemplo, no Brasil, a cotação da onça troy encerrada em **10/05/2019** era de **US\$ 1.286,07 (ou US\$ 41,34 o grama do ouro)**

Observe-se que o padrão dólar-ouro não pôde ser seguido pelos países periféricos (inclusive o Brasil), que adotaram, então, formas de curso forçado. Essa fase do padrão-ouro, o padrão dólar-ouro, terminaria em 1971, quando os EUA abandonaram inteiramente o sistema de Bretton Woods, em razão das crescentes necessidades de financiamento decorrentes da Guerra do Vietnã.

Bitcoin é uma forma de moeda digital, criada e realizada eletronicamente. Ninguém o controla.

Bitcoins não são impressos, como dólares ou reais – eles são produzidos por pessoas, e cada vez mais empresas, executando computadores em todo o mundo, usando software que resolve problemas matemáticos.

Bitcoin é o primeiro exemplo de uma crescente categoria de dinheiro conhecida como **criptomoeda**.

Criador: Satoshi Nakamoto (pseudônimo; desconhecido; 2009)

<https://portaldobitcoin.uol.com.br/o-que-sao-criptomoedas-e-como-funcionam/>

Grau de monetização ou desmonetização: M1/M4

Tabela 11.1 Agregados Monetários no Brasil – Dezembro de 2010

	R\$ milhões
<i>M0</i> = Papel-moeda em poder do público	120.188
+ Depósitos à vista	159.953
= <i>M1</i>	280.141
+ Depósitos para Investimento	3.344
+ Depósito de poupança	378.784
+ Títulos privados	676.397
= <i>M2</i>	1.338.667
+ Quotas de fundos de renda fixa	1.117.993
+ Operações compromissadas com títulos federais	70.570
= <i>M3</i>	2.527.230
+ Títulos federais	519.567
= <i>M4</i>	3.046.797

Fonte: Banco Central do Brasil.

POSIÇÃO MAIS RECENTE

		M1	M2	M3	M4
		Total	Total	Total	Total
2016	Dez	363 029	2 446 066	5 370 571	5 831 878
2017	Dez	383 840	2 581 696	5 770 355	6 226 509
2018	Ago*	361 093	2 714 884	6 048 314	6 579 186

Fonte: <https://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/IE2-11.xlsx>

PIB 2017: R\$ 6.559.940.259.751,42

Depósitos à Vista: R\$ 171.471 bilhões

Papel Moeda em poder do público **R\$ 189.622 bilhões (3% do PIB)**

Moedas emitidas (meio circulante):

<https://www4.bcb.gov.br/adm/mecir/principal.asp>

Moedas Comemorativas:

https://www.bcb.gov.br/htms/mecir/mcomemor/mc_comemorativa3.asp

Moeda Bancária (ou multiplicador bancário)

Tabela 11.2 O efeito de criação múltipla do depósito à vista

Banco	Depósito à vista	Reserva dos bancos comerciais (40% dos depósitos à vista)	Empréstimos
A	100.000	40.000	60.000
B	60.000	24.000	36.000
C	36.000	14.400	21.600
D	21.600	8.640	12.960
E	12.960	5.184	7.776
Demais bancos somados	19.440	7.776	11.664
Total	250.000	100.000	150.000

Capítulo 12

O Setor Externo

12.1 Introdução

O mundo se encontra crescentemente interligado, seja por fluxos comerciais ou financeiros. Costuma-se dividir as questões teóricas da Economia internacional em: aspectos microeconômicos e os aspectos macroeconômicos.

12.2 Fundamentos do comércio internacional: a teoria das vantagens comparativas

Princípio das vantagens comparativas: sugere que cada país deva se especializar na produção da mercadoria em que é relativamente mais eficiente. Ele deve importar bens cuja produção implicar custos relativamente maior. Assim, os países podem concretizar trocas.

Limitações: relativamente estática, não levando em consideração a evolução das estruturas da oferta e da demanda, ou das relações de preço entre produtos negociados no mercado internacional.

12.3 Determinação da taxa de câmbio

12.3.1 Conceito: medida de conversão da moeda nacional em moeda de outros países. Sua determinação pode ser:

- **institucional:** pela decisão de autoridades econômicas com taxas fixas de câmbio.
- **funcionamento do mercado:** taxas de flutuantes em decorrência das pressões de oferta e demanda de divisas estrangeiras.

Demanda de divisas: constituída pelos importadores, que precisam delas para pagar suas compras no exterior.

Oferta de divisas: realizada pelos exportadores, que recebem moeda estrangeira, como pela entrada de capitais financeiros internacionais (turistas, etc.).

Desvalorização cambial: aumento da taxa de câmbio;

Valorização cambial: queda na taxa de câmbio.

Taxa de câmbio é interligada aos preços dos produtos exportados e importados e também a balança comercial.

12.3.2 Taxa de câmbio e inflação

Valorização cambial e inflação: a primeira permite ancorar os preços internos e reduzir a taxa de inflação.

Desvalorização cambial e inflação: efeito contrário ao anterior.

Efeito da elevação da inflação interna sobre a taxa de câmbio: pode gerar um círculo vicioso.

Valorização real e valorização nominal do câmbio: o primeiro é igual à valorização nominal, menos a taxa de inflação do período.

Competitividade no comércio exterior: deve ser avaliados a partir do câmbio real.

12.4 Políticas externas

12.4.1 Política cambial: dependem do tipo de regime cambial adotado pelo país.

Regime de taxas fixas de câmbio: foi adotado por países com elevadas taxas de inflação, nos anos 80 e 90, para não haver elevação dos produtos importados de acordo com as variações cambiais.

Regime de taxas flutuantes ou flexíveis de câmbio: determinada pelo mercado de divisas, permitindo a defesa das reservas cambiais.

Flutuação suja: mesmo dentro do regime flutuante o Banco Central interfere indiretamente na determinação da taxa de câmbio, por meio da compra e venda de divisas no mercado.

Quadro 12.1 Regimes cambiais

	Câmbio Fixo	Câmbio Flutuante (Flexível)
Características	<ul style="list-style-type: none">■ Banco Central fixa a taxa de câmbio.■ Banco Central é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais.	<ul style="list-style-type: none">■ O mercado (oferta e demanda de divisas) determina a taxa de câmbio.■ Banco Central não é obrigado a disponibilizar as reservas cambiais.
Vantagens	<ul style="list-style-type: none">■ Maior controle da Inflação (custos das importações estáveis).	<ul style="list-style-type: none">■ Política monetária mais independente do câmbio.■ Reservas cambiais mais protegidas de ataques especulativos.
Desvantagens	<ul style="list-style-type: none">■ Reservas cambiais vulneráveis a ataques especulativos.■ A política monetária (taxa de juros) fica dependente do volume de reservas cambiais.	<ul style="list-style-type: none">■ A taxa de câmbio fica muito dependente da volatilidade do mercado financeiro nacional e internacional.■ Maior dificuldade de controle das pressões inflacionárias, devido às desvalorizações cambiais (<i>pass-through</i>).

12.4 Política comercial:

- alterações das tarifas sobre importações;
- regulamentação do comércio exterior.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

12.6 A estrutura do balanço de pagamentos: registro estatístico-contábil de todas as transações econômicas realizadas entre os residentes de um país com os residentes dos demais países.

Quadro 12.2 Balanço de pagamentos

A. Balança Comercial (Mercadorias)

- Importações FOB (débito)
- Exportações FOB (crédito)

B. Conta Serviços e Rendas

- Viagens internacionais (turismo)
- Transportes (frete)
- Seguros
- Rendas de capitais (juros, lucros, dividendos e lucros reinvestidos pelas multinacionais)
- Serviços diversos (*royalties*, assistência técnica)
- Serviços governamentais (embaixadas)

C. Transferências Unilaterais Correntes (Donativos em Divisas ou Mercadorias)

D. Balanço de Transações Correntes ou Saldo em Conta Corrente (Resultado Líquido de $A + B + C$)

E. Conta Capital e Financeira

- Investimentos diretos líquidos (novas firmas estrangeiras)
- Reinvestimentos (multinacionais já instaladas no país)
- Empréstimos e financiamentos (Banco Mundial, BID, bancos privados e oficiais estrangeiros)
- Amortizações
- Empréstimos de regularização (FMI)
- Atrasados comerciais
- Capitais de curto prazo

F. Erros e Omissões

G. Saldo do Balanço de Pagamentos (Resultado Líquido de $D + E + F$)

H. Variação de Reservas ($= -G$)

Tabela 12.2 Balanço de Pagamentos do Brasil – 1990-2010

Fonte: BC:	BALANÇO DE PAGAMENTOS DO BRASIL													
	Em USD bilhões													
	1990	1994	1995	1998	1999	2001	2002	2003	2005	2006	2007	2008	2009	2010
BALANÇO COMERCIAL (1)	10,7	10,4	-3,2	-6,6	-1,2	2,6	13,1	24,8	44,8	46,1	40,0	24,7	25,3	20,3
Export	31,4	43,6	46,5	51,1	48,0	58,2	60,4	73,1	118,3	137,5	160,6	197,9	153,0	201,9
Import.	20,7	33,2	49,7	57,7	49,2	55,6	47,2	48,3	73,6	91,4	120,6	173,2	127,7	181,6
SERVIÇOS e RENDAS (2)	-15,3	-14,4	-18,6	-28,3	-25,2	-27,5	-23,3	-23,5	-34,1	-36,9	-40,6	-57,2	-53,0	-70,6
Lucros e Div.	-1,6	-2,5	-2,6	-6,9	-4,1	-5,0	-5,2	-5,6	-12,7	-16,4	-21,2	-33,9	-25,2	-30,4
Viagens intern.	-0,1	-1,2	-2,4	-4,3	-1,4	-1,5	-0,4	0,2	-0,9	-1,5	-3,3	-5,2	-5,6	-10,5
Juros	-9,8	-6,4	-8,2	-12,1	-15,2	-14,9	-13,1	-13,0	-13,5	-11,3	-7,1	-7,2	-9,1	-9,7
TRANSF. UNILAT. CORRENTES (3)	0,8	2,6	4,0	1,5	2,0	1,6	2,4	2,9	3,6	4,3	4,1	4,2	3,3	2,8
TRANS. CORRENTES (4) = (1) + (2) + (3)	-3,8	-1,5	-17,8	-33,4	-24,4	-23,2	-7,8	4,2	14,2	13,5	3,6	-28,3	-24,3	-47,5
CONTA CAPITAL E FINANCEIRA (5)	0,4	14,8	29,8	29,7	16,6	26,8	12,0	5,1	-9,6	17,3	88,9	33,0	70,6	100,1
Invest. Direto	0,4	8,1	4,7	26,1	30,1	24,9	16,6	9,9	12,7	-8,5	27,6	24,6	36,0	37,0
Financ./Emprest./portfolio	11,1	11,0	18,5	34,1	38,4	33,5	26,1	22,8	11,5	69,9	98,9	61,0	65,0	96,8
Amortizações	-11,1	-6,6	-11,0	-33,7	-51,9	-31,6	-30,5	-27,2	-33,0	-44,1	-37,6	-22,4	-30,1	-33,7
SUPERAVIT (+)/DÉFICIT (-) (6) = (4) + (5)	-4,2	12,9	13,5	-8,0	-7,8	3,3	0,3	8,5	4,3	30,6	87,5	3,0	46,7	49,1
RESERVAS	14,1	38,5	51,5	44,6	36,3	35,8	37,8	49,3	53,8	85,8	180,3	206,8	239,1	288,6
DÍVIDA EXTERNA	122,8	148,3	157,4	233,9	236,9	228,6	213,2	219,9	201,2	192,0	243,9	267,1	283,6	350,4

V.1 - Balanço de pagamentos**Discriminação - US\$ milhões**

	2017*	2018* (ago)
I. Transações correntes	- 9 805	- 8 901
Balança comercial (bens)	64 028	34 735
Exportações ^{1/}	217 243	158 689
Importações ^{2/}	153 215	123 954
Serviços	- 33 850	- 22 349
Renda primária	- 42 615	- 22 980
Renda secundária	2 632	1 692
II. Conta capital	379	347
III. Conta financeira^{3/}	- 6 174	- 2 970
Investimento direto no exterior	6 268	- 1 958
Participação no capital	6 155	- 5 927
Operações intercompanhia	114	3 969
Investimento direto no país	70 685	44 379
Participação no capital	59 138	30 529
Operações intercompanhia	11 547	13 850
Investimento em carteira – ativos	12 371	2 251
Ações e cotas em fundos	10 002	645
Títulos de renda fixa	2 368	1 606
Investimento em carteira – passivos	- 1 671	5 488
Ações e cotas em fundos	5 674	117
Títulos de renda fixa	- 7 345	5 371
Derivativos – ativos e passivos	705	2 431
Outros investimentos – ativos ^{4/}	44 299	37 881
Outros investimentos – passivos ^{4/}	5 897	4 071
Ativos de reserva	5 093	10 364
Erros e omissões	3 251	5 584
Transações correntes / PIB (%)	- 0,48	- 0,72
Investimento direto no país / PIB (%)	2,44	2,58

Reservas internacionais

<https://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/IE5-27.xlsx>

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados>

Balanço de Pagamentos

https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/Documents/Indicadores_consolidados/IE5-01.xlsx

Capítulo 13

Inflação

13.1 Introdução

Inflação: aumento contínuo e generalizado no índice dos preços.

Fontes de inflação costumam variar de acordo com as condições do país:

- tipo de estrutura de mercado;
- grau de abertura da economia ao comércio exterior;
- estrutura das organizações trabalhistas.

Forma tradicional de estudar inflação (tipos de inflação):

13.2 Inflação de demanda: excesso de demanda agregada em relação à produção disponível de bens e serviços.

13.3 Inflação de custos: pode ser associada a uma inflação tipicamente de oferta, o nível da demanda permanece o mesmo, mas os custos de certos fatores importantes aumentam.

Causas comuns do aumento dos custos de produção:

- aumentos do custo de matérias-primas;
- aumentos salariais acima da produtividade;
- estrutura de mercado.

13.4 Inflação inercial: processo automático de realimentação de preços, provocada pelos mecanismos de indexação formal e indexação informal.

13.5 Efeitos provocados por taxas elevadas de inflação: os piores efeitos ocorrem da distribuição de renda, nos investimentos empresariais e crescimento econômico, no balanço de pagamentos e nas finanças públicas.

Distorção mais séria provocada por altas taxas de inflação: piora da distribuição de renda devido à redução do poder aquisitivo da classe trabalhadora dependente de rendimentos fixos, com prazos legais e reajustes. Afirma-se que **a inflação** é um “**imposto sobre o pobre**”.

Imposto inflacionário: espécie de taxaço que o BC impõe à coletividade pelo fato de deter o monopólio das emissões.

13.6 A política econômica brasileira de combate à inflação

- Necessidade de o governo fornecer infraestrutura para que o setor privado produza o volume de bens/serviços desejados pela sociedade.
- **Baixa produtividade** dos serviços do governo e consequente ineficiência na aplicação de seus recursos, associadas à impossibilidade de o governo aumentar a carga tributária dado o baixo nível de renda *per capita* da população.

Tratamento de choque (1964): rígida política monetária, fiscal e salarial que mudou o patamar da inflação de cerca de 100%, **em 1964**, para perto de 30%, em 1967.

1964-1973 uso da linha de pensamento econômico ortodoxa (monetária) para diagnosticar as causas da inflação brasileira, atribuindo ao excesso da demanda e ao desequilíbrio das contas públicas a causa da inflação. **Período do Milagre Econômico**

Inflação inercial: todos os negócios eram firmados com base em um índice que procurava garantir a correção monetária dos valores envolvidos. Os aumentos de preços eram captados pelo índice e automaticamente repassados para os demais preços da economia realimentando a inflação.

Plano Cruzado (1986): rompeu com o mecanismo de propagação da inflação ao congelar preços, salários e câmbio **(não durou muito; ágio)**

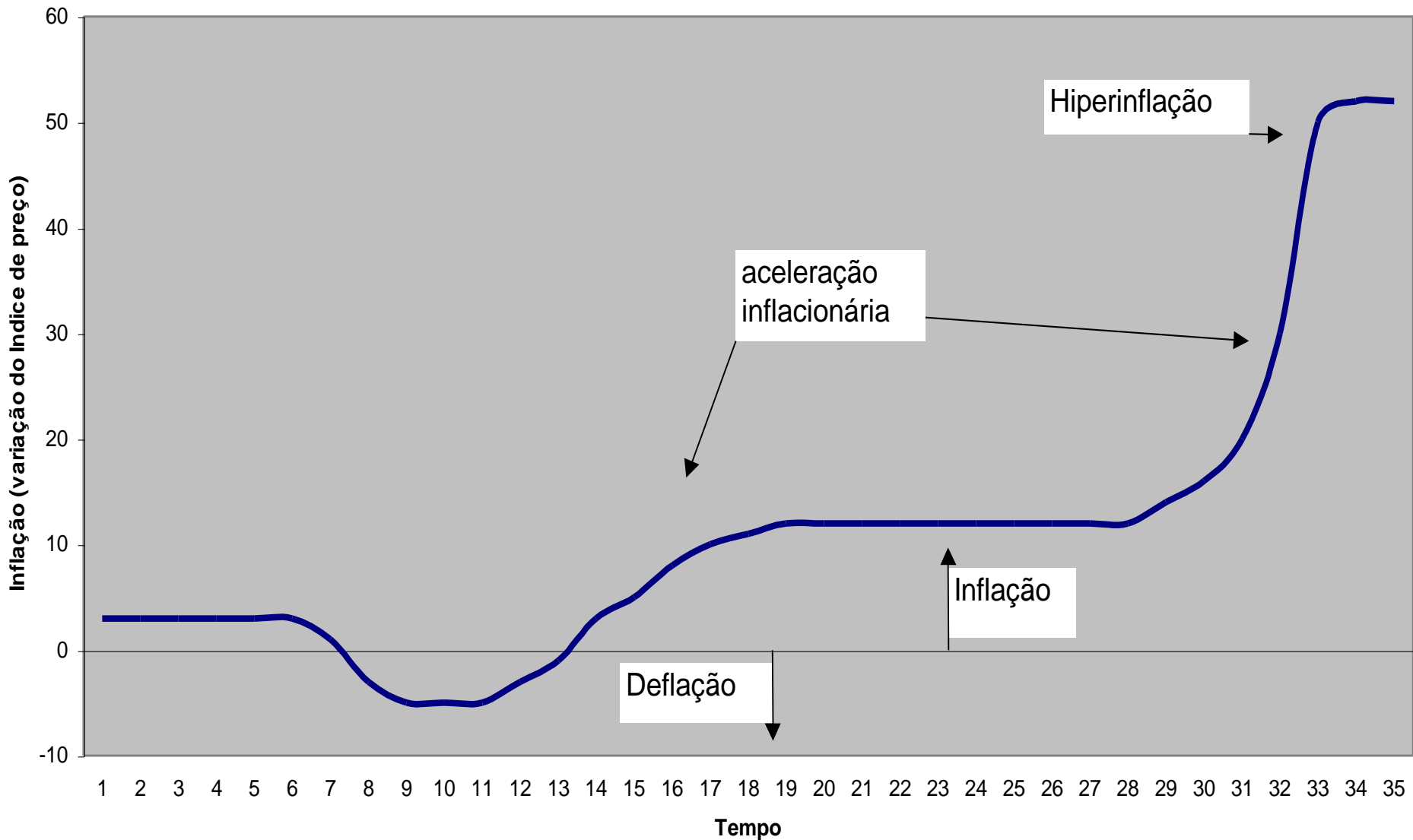
Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989) e Plano Collor (1990): congelaram os preços e salários para tentar conter o processo inflacionário brasileiro.

Plano real (1994; 25 anos em 2019): reconhece que as principais causas da inflação brasileira estavam no desequilíbrio do setor público e nos mecanismos de indexação.

- **Âncora cambial:** valorização da moeda nacional ao lado de um regime de bandas cambiais para baratear o custo dos produtos importados.
- **Âncora monetária:** elevação das taxas de juros e da taxa de reservas compulsórias dos bancos comerciais, com o objetivo de controlar a demanda agregada.
- **Metas inflacionárias:** cumprir metas de inflação estabelecidas para o ano corrente e próximo com tolerância e desvio de 2% para cima ou para baixo.

- **Hiperinflação** – utilizada para designar aumentos muito grandes de preços.
 - Não há clareza de quanto é este “aumento grande” dos preços (algumas pessoas, p. ex., consideram hiperinflação aumentos de preços de 50% ao mês)
 - Para outros, a hiperinflação é uma situação onde a moeda perde sua função e é substituída

Conceitos relativos à inflação



- **Índices de preço** – são usados para saber a variação conjunta de bens que são fisicamente diferentes e/ou que variam a taxas diferentes.
- Existem vários tipos de índices de preços como:
 - **Índices de Preços no Atacado**
 - **Índices de Preços de Varejo**
 - **Índices de Gerais de Preços**
 - **Índices de preço ao consumidor**

- Supondo os seguintes dados :

Produto	Variação de preço no período (%)	Peso relativo do produto
Carne	10	30
Arroz	10	60
Fósforo	100	10
Peso total		100

Qual foi a inflação do período ?

Usando uma média aritmética ponderada pelo peso relativo no produto no orçamento das famílias temos que a inflação foi de 19%

$$\frac{(10 \times 0,30) + (10 \times 0,60) + (100 \times 0,10)}{100} = 19$$

A. Variação de Preços no período, que envolve

- o período no qual os preços são coletados e a região abrangida e
- quais produtos constam da amostra;

B. Importância relativa (peso) de cada bem, definida por meio de uma Pesquisa de Orçamento familiar (POF) e que varia dependendo:

- da época da pesquisa e das classes de renda consideradas

C. Fórmula de cálculo, que pode ser:

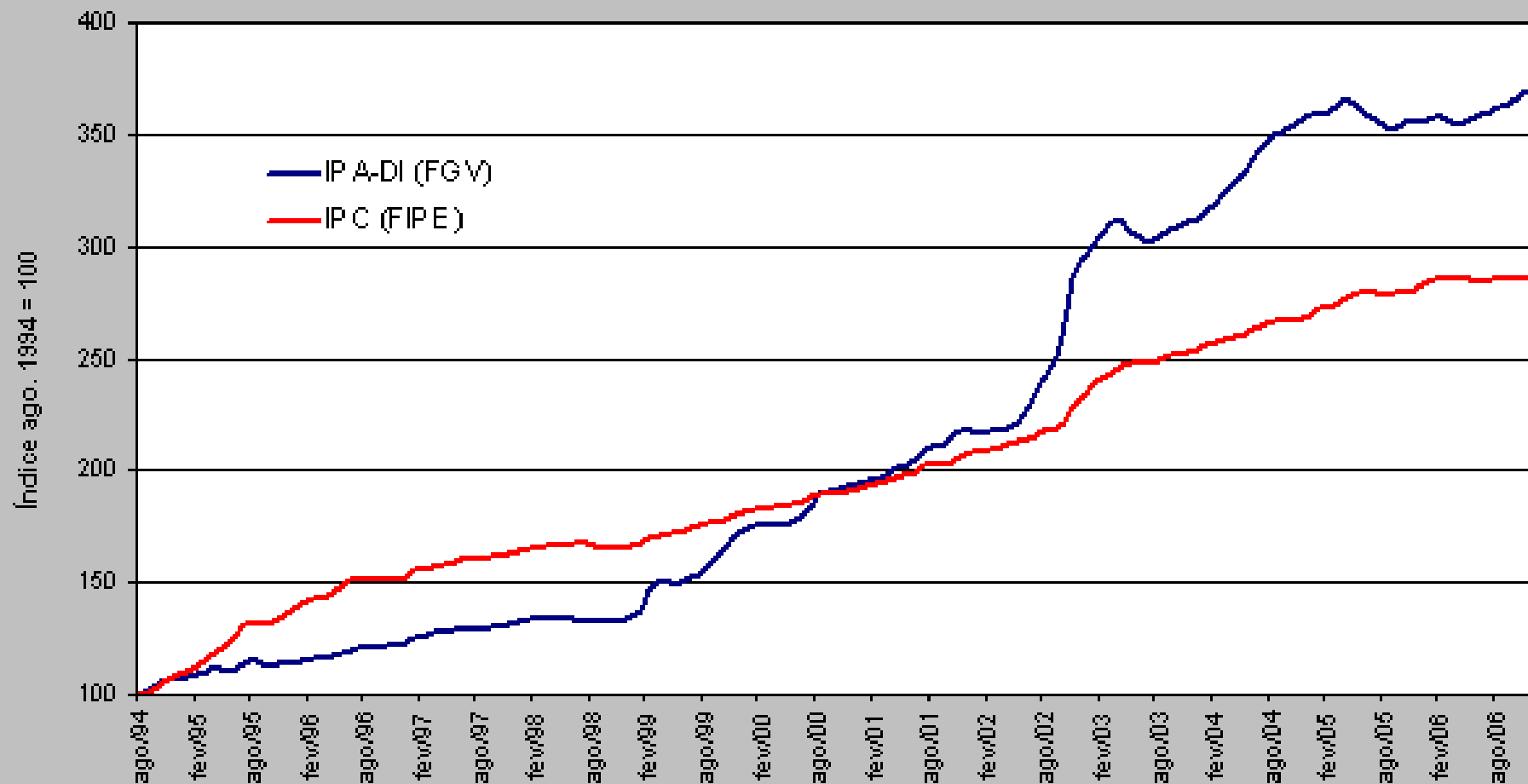
- média aritmética, harmônica ou geométrica ponderada

Tabela 5.2 Estrutura do IPC Fipe e da inflação de Outubro de 2006.

Grupos e subgrupos	Ponderação (%)	Mensal	No ano
		Out06/Set06 (%)	Out06/Dez05 (%)
ÍNDICE GERAL	100,00	0,39	1,07
I - HABITAÇÃO	32,79	0,43	0,78
II - ALIMENTAÇÃO	22,73	1,22	-0,94
III - TRANSPORTES	16,03	-0,18	2,19
IV - DESPESAS PESSOAIS	12,30	-0,10	1,04
V - SAÚDE	7,08	0,16	5,53
VI - VESTUÁRIO	5,29	-0,09	-0,49
VII - EDUCAÇÃO	3,78	0,09	5,29
Fonte: Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)			

IPC-Fipe é calculada para o município de São Paulo, desde jan/1939

<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/indicadoresconsolidados>



Fonte: peadata

Capítulo 14

O Setor Público

14.1 Introdução: discussão das atividades do Estado com destaque em alguns aspectos da expansão estatal.

14.2 O crescimento da participação do setor público na atividade econômica

Início do séc. XX: regulação da atividade econômica, colocando em dúvida o papel da “mão invisível de Adam Smith”.

Participação do Estado na economia cresceu pelas seguintes razões:

- desemprego;
- crescimento da renda *per capita*;
- mudanças tecnológicas;
- mudanças populacionais;
- efeitos da guerra;
- fatores políticos e sociais;
- mudanças da Previdência Social.

Definições Importantes

Bem Público: Um bem é público se há “**não exclusividade**” e “**não rivalidade**” no seu consumo. Ou seja, a mesma quantidade do bem público precisa estar disponível para toda a gente.

Não exclusividade -> todos os consumidores podem consumi-lo.

Não rivalidade -> cada consumidor pode consumir o bem na sua totalidade. Ou seja, quando o consumo de um bem por um indivíduo não diminui a quantidade a ser consumida por demais indivíduos.

Um **bem público** não é necessariamente propriedade do Estado. É público no sentido de estar inteiramente disponível para toda a gente.

Exemplos de Bens Públicos:

• Defesa nacional. • Estradas sem pedágio e não congestionadas. • Iluminação das ruas. • Sinais de trânsito. • Faróis. • Prevenção dos acidentes de trânsito pelas autoridades. • Reduções na poluição atmosférica. • Parques Nacionais. • Conhecimento. • Luta contra a pobreza. • Transmissões de rádio e de televisão, etc.

Bens públicos (tipos):

- **bens de uso comum do povo:** como rios, mares, ruas, etc.;
- **bens de uso especial:** como os próprios públicos, e;
- **bens dominiais:** como os serviços públicos, terras devolutas – neste caso há a impossibilidade de excluir determinados indivíduos de seu consumo, uma vez delimitado o volume da produção. De outro modo, são aqueles cujo consumo/uso é indivisível (consumo coletivo) ou "não rival" e que não estão sujeitos ao princípio da exclusão. Ou seja, não são pagos. Exemplos: Segurança Pública, Defesa Nacional, uso das ruas, etc.

Bens de consumo coletivo: bem público que pode ser usado por vários indivíduos sem excluir outro indivíduo, pois sua utilização não é saturada (exemplo: praia)

http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2017/05/mpf-recomenda-regularizacao-do-acesso-a-praia-do-gunga_34245.php

Bens semipúblicos (ou meritórios): satisfazem o princípio da exclusão, mas são produzidos pelo Estado. Em alguns casos, o consumo destes é obrigatório (Ex. Educação Primária, Vacinação, etc.), em outros é simplesmente tornado facultativo. Enfim, são definidos pela sua importância social.

14.3 As funções econômicas do setor público

14.3.1 Função alocativa: está associada ao fornecimento de bens/serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

14.3.2 Função distributiva: governo funciona como agente redistribuidor de renda ao tributar, retirar recursos dos segmentos mais ricos da sociedade e transferi-los para os segmentos menos favorecidos.

14.3.3 Função estabilizadora: intervenção do Estado na economia para alterar o comportamento dos níveis de preços e emprego.

14.3.4 Função de crescimento econômico: que diz respeito às políticas que permitem aumentos na formação de capital.

14.4 Estrutura tributária

14.4.1 Princípios da tributação:

- princípio da neutralidade (não altera os preços relativos);
- princípio da eqüidade (sem ônus para todos e justo);
- princípio do benefício (contrapartida do benefício ao pagamento);
- princípio da capacidade de pagamento (conforme a renda)

14.4.2 Os tributos e sua classificação:

- **imposto direto:** sobre a riqueza, patrimônio ou sobre a renda (IRPF, IRPJ, IPVA, IPTU, ITR).
- **imposto indireto:** sobre transações de mercadorias e serviços (ICMS, IPI, ISS).

• Natureza dos Tributos

- **impostos regressivos:** aumento da contribuição é proporcionalmente menor que o incremento ocorrido na renda (ex ICMS e IPI); menor a renda, maior o peso dos tributos.
- **impostos proporcionais ou neutros:** o aumento da contribuição é proporcionalmente igual ao ocorrido na renda.
- **impostos progressivos:** aumento na contribuição é proporcionalmente maior que o aumento ocorrido na renda.

14.4.3 Efeitos dos impostos sobre a atividade econômica:

- **imposto proporcional sobre a renda:** seria neutro do ponto de vista do controle da demanda agregada;
- **imposto progressivo sobre a renda:** exerce controle quase automático sobre a demanda;
- **curva Lafer:** quando a alíquota é relativamente baixa, estabelece-se uma relação direta entre ela e a arrecadação (menor a alíquota, maior a arrecadação);

14.5 Déficit público: conceitos e formas de financiamento

- **déficit nominal:** indica o fluxo líquido de novos financiamentos obtidos ao longo de um ano pelo setor público não financeiro em suas esferas: União, governos estaduais, municipais, empresas estatais e Previdência Social.
- **déficit primário:** medido pelo déficit total, **excluindo** a correção monetária e cambial e os juros reais da dívida contraída anteriormente.
- **déficit operacional:** pode ser medido tanto excluindo-se do déficit total a correção monetária e cambial ou acrescentando-se ao resultado primário os juros reais da dívida passada.

14.5.1 Financiamento do déficit:

- **emitir moeda:** o Tesouro Nacional pede emprestado ao BC (impacta a inflação)
- **vender títulos** da dívida pública ao setor privado (interno e externo).

Monetização da dívida: BC cria moeda para financiar a dívida do Tesouro.

14.5.2 Observação sobre o déficit público e inflação

Há países com déficit público em relação ao PIB mais elevado que o Brasil, porém com taxas de inflação quase nula, porque as dívidas desses países de moeda forte estão distribuídas de maneira relativamente uniforme ao longo de um horizonte de tempo, e nesses prazos os investidores internacionais adquirem títulos desses países.

14.6 Aspectos institucionais do orçamento público. Princípios orçamentários

14.6.1 Orçamento público:

- **orçamento tradicional:** disciplinar finanças públicas e possibilitar aos órgãos de representação de controle político sobre o Executivo.
- **orçamento moderno:** atribui ao governo a condição de responsável pela manutenção da atividade econômica e as alterações orçamentárias passaram a ter grande importância.

14.6.2 Princípios orçamentários:

- **princípio da unidade** (cada unidade deve ter o orçamento Ex. Petrobrás);
- **princípio da universalidade** (abrange todas as receitas e despesas);
- **princípio do orçamento bruto** (não pode ter deduções, como repasses);
- **princípio da anualidade** (um ano);

- **princípio da não-vinculação das receitas;**
- **princípio da discriminação ou especialização** (das rendas e despesas);
- **princípio da exclusividade** (somente matérias de gastos públicos);
- **princípio do equilíbrio** (evitar déficit).

14.6.3 Orçamento público no Brasil:

- **plano plurianual - PPA** (elaborado no 1º ano de governo; válido para os 4 anos seguintes);
- **Lei de diretrizes orçamentárias - LDO** (elaborada anualmente no 1º semestre; deve ser aprovada até 30/06)
- **Lei do Orçamento anual - LOA** (elaborada anualmente no 2º semestre com base na LDO e PPA; deve ser aprovada até 31/12)

Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): compreende as metas e prioridades da administração pública federal.

- despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- orienta a elaboração da lei orçamentária anual;
- dispõe sobre as alterações na legislação tributária;
- estabelece a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

14.6.4 a Lei de Responsabilidade Fiscal: instrumento da política fiscal implementado a partir de 1998, para proporcionar o equilíbrio orçamentário do setor público.

- limite para as despesas com o funcionalismo público: de 50% para a União; e de 60% para Estados Municípios.
- proibição de socorros financeiros entre União, Estados e Municípios;
- limite de despesas feitas pelos administradores em final de mandato;
- limites de endividamento para União, Estados e Municípios, por meio do Senado.

•Fim

Capítulo 15

Crescimento e Desenvolvimento Econômico

15.1 Crescimento e desenvolvimento

A teoria do crescimento e do desenvolvimento discute estratégias de longo prazo. Nela, a oferta ou produção agregada jogam um papel importante na trajetória de crescimento de longo prazo.

Foco: analisar o comportamento do produto potencial ou de pleno emprego da economia, a longo prazo.

Crescimento econômico: crescimento contínuo da renda *per capita* ao longo do tempo.

Desenvolvimento econômico: conceito mais qualitativo que indica alterações de composição do produto e alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia de **forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social, como por exemplo o IDH.**

IDH/ONU: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

15.2 Fontes de crescimento:

- aumento na força de trabalho;
- aumento do estoque de capital;
- melhoria na qualidade de mão-de-obra;
- melhoria tecnológica;
- eficiência organizacional.

15.2.1 Capital humano: valor ganho de renda potencial incorporado nos indivíduos e inclui a habilidade inerente à pessoa, o talento, a educação e as habilidades adquiridas.

15.2.2 Capital físico: maquinário e equipamentos sofisticados, que são abundantes em países ricos e escassos em países pobres.

A razão da variação do produto nacional e a variação da capacidade produtiva resulta na **relação produto-capital** que envolve o capital físico no processo de desenvolvimento econômico.

15.6 A internacionalização da economia: o processo de globalização

1950-1960: proteção dos produtores domésticos por meio da estratégia de substituição de importações.

1980: os produtores domésticos protegidos passaram a produzir um volume pequeno com custo alto e pouca inovação.

Característica atual: integração econômica entre países sob aspectos comercial, produtivo e financeiro, globalização.

Globalização produtiva: produção e distribuição de bens e serviços dentro de redes de escala mundial, reduzindo barreiras, e ocorrendo o aumento das tecnologias de informação.

Fim